

**PLANO DE RECUPERAÇÃO ALTERNATIVO DOS CREDORES PARA A
EMPRESA PROSOLLO FERTILIZANTES LTDA**

PROCESSO NÚMERO Nº 5069427-81.2023.8.24.0023/SC de 14/07/2023

**PERANTE A VARA REGIONAL DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E
EXTRAJUDICIAIS DA COMARCA DA CAPITAL DE SANTA CATARINA**

14/05/2024.

Sumário

1. PLANO DE RECUPERAÇÃO ALTERNATIVO DOS CREDORES	3
2. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	4
3. PROPOSTA DE PAGAMENTO	5
4. PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES TRABALHISTAS.....	5
5. PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES QUIROGRAFARIOS	6
6. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS	6
7. PUBLICIDADE DOS PROTESTOS.....	7
8. MEIOS DE PAGAMENTO	7
9. INFORMAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS	7
10. DATA DOS PAGAMENTOS	8
11. DESCUMPRIMENTO DO PLANO E PURGAÇÃO DA MORA	8
12. CESSAO E TRANSFERENCIA DE CREDITOS	8
12. LEI APLICÁVEL	8
13. ELEIÇÃO DE FORO	9
14. CONCLUSÃO	9
15. ASSINATURAS	10

1. PLANO DE RECUPERAÇÃO ALTERNATIVO DOS CREDORES

Ao analisar os números dos votos per capita da Assembleia Geral dos Credores realizado em 23/04/2024 foi constatado que muitos credores querem uma solução sobre os seus créditos com a Recuperanda, conforme mostram-se os números, muitas aceitaram a proposta inicial, a Classe I (trabalhista) obteve 100% dos presentes, a Classe Quirográfica IV obteve 91,67% dos votos, e a Classe Quirográfica III Obteve 37,5% dos votos, mesmo com este valor abaixo do ideal da Classe Quirográfica III, constata-se que existe uma minoria dominante e manipuladora de credores com seus votos de certa forma abusivos, uma vez que os créditos estão *sob judice*, com seus representantes tumultuando a AGC e influenciando credores da categoria quirografários III intitulado se maioria monetária. Como? Se não houve sequer decisão competente dos créditos listados, causando questionamentos não apenas do plano, mas colocando em discussão até a lisura do proprietário da Recuperanda, coisa que ali não era o local, e nem a hora para isso, visto que todo o processo já foi validado tanto pelo próprio Juiz quanto os Administradores Judiciais nomeados para atuarem nesta recuperação judicial.

Desta forma, com o intuito de manter a atividade econômica e o cunho social da recuperanda, bem como a geração de renda e tributos ao estado, e o cumprimento das obrigações passivas, os presentes credores veem por meio deste, elaborar conforme indicação aprovada na Assembleia Geral dos Credores realizada em 23 de abril de 2024 a proposta de Recuperação Judicial da empresa Prosollo Fertilizantes Ltda, CNPJ 39.695.576/0001-56.

Este documento foi elaborado em atendimento aos artigos 47, 48, 53 e 69-L da Lei nº 11.101/2005, de 9 de fevereiro de 2005, sob a forma de Plano de Recuperação Judicial Alternativo dos Credores para a Prosollo Fertilizantes Ltda, que requereu em 14/07/2023 o benefício legal Processo 5069427-81.2023.8.24.0023 em tramite na Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca de Florianópolis – Estado de Santa Catarina.

Os credores relacionados que se uniram para a criação do Plano de Recuperação da Recuperanda são eles:

CREDOR 1: FRETE BRAS TRANSPORTES RODOVIARIO DE CARGAS LTDA CNPJ 21.304.211/0001-98 Endereço: Rodovia BR. 280, S/n, Bairro: Areias Pequenas – Cidade: Araquari/ SC;

CREDOR 2: RETORNO SOLUÇÕES CNPJ 44.348.333/0003-43 Endereço Rua Primeiro de Maio Estado, N.442 Bairro: Centro – Cidade: Pinhais/ PR;

CREDOR 3: INOVATI TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA CNPJ 15.552.820/0001-63 Endereço Av. Etuzi Takayama N.625 Barracão 01 Bairro: Parque São João - Cidade Paranaguá / PR.

CREDOR 4: Credores Trabalhistas, Leticia Gandin CPF 092.295.879-31, Sidemar Demartini CPF 984.986.060-04.

2. MEIOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Em atendimento ao disposto no artigo 53, I, RECUPERANDA esclarece que poderá se valer de todos os meios lícitos de Recuperação Judicial abrangidos pelo artigo 50, incluindo, mas não se limitando a:

1. Dilação de prazos das obrigações devidas, com redução linear, negociação de valores devidos, meio imprescindível, pela falta de capital para disponibilização imediata para pagamento dos créditos (art. 50, inc. I);
2. Cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações onerosas, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente (art. 50, inc. II);
3. Equalização de encargos financeiros relativos a financiamentos, transação desses valores (art. 50, incs. IX e XII);
4. Aumento de Capital Social (art. 50, inc. VI);
5. Dação em pagamento (art. 50, inc. IX e XI), venda de ativos, na modalidade UPI – Unidade Produtiva Isolada;
6. Emissão de valores mobiliários (art. 50, inc. XV);
7. Constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos do devedor (art. 50, inc. XVI);

8. Conversão da dívida em capital social (art. 50, inc. XVII);
9. Rescisões de Contratos que possam – direta ou indiretamente – impactar em custos, despesas e ou contingências adicionais a Recuperanda;
10. Análise da possibilidade de busca de parceiros e/ou terceiros que possam – direta ou indiretamente – financiar a reestruturação da Recuperanda – sem a incidência das taxas de juros proibitivas praticadas pelo mercado.

3. PROPOSTA DE PAGAMENTO

Considerando a programação operacional e financeira da geração de fluxo de caixa previsto no relatório econômico-financeiro, os créditos sujeitos a recuperação judicial serão equacionados e pagos nos termos deste capítulo. A premissa adotada para a elaboração da proposta, a ser condizente com a capacidade de pagamento demonstrada pelo relatório (Plano Alternativo Contábil Financeiro) - ANEXO I

As projeções de resultados estão demonstradas no mesmo relatório, que considera, além dos efeitos de todas as premissas operacionais e financeiras, os efeitos do plano de pagamento aos credores. Os prazos de pagamento das parcelas previstas no plano serão contados com base na data da homologação do presente plano.

4. PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDITORES TRABALHISTAS

Os créditos trabalhistas serão pagos de acordo com o art. 54 da Lei 11.101/2005, ou seja, os credores trabalhistas receberão seus créditos integralmente até o décimo segundo mês após a data da homologação do plano da seguinte forma:

- (I) Créditos trabalhistas, provenientes de dissídios coletivo retroativo de credores, dos colaboradores ativos na empresa Recuperanda serão quitadas integralmente em 3 (três) parcelas mensais, fixas e sucessivas.
- (II) Os créditos trabalhistas provenientes de ações, serão quitados na íntegra e em parcela única no décimo segundo mês após a data de homologação do plano.
- (III) Caso sejam reconhecidos novos créditos trabalhistas por decisão judicial ou acordo entre as partes, sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, serão pagos em até 12 (doze) meses após a habilitação do crédito no processo de recuperação judicial. A primeira parcela será devida a partir do recebimento de comunicação escrita enviada a Recuperanda, informando a ocorrência do trânsito em julgado de decisão judicial, do acordo que reconhecer o crédito trabalhista.

5. PROPOSTA DE PAGAMENTO DOS CREDORES QUIROGRAFARIOS

Os créditos com garantia real e quirografários sofrerão deságio de 80% (noventa por cento) sobre o valor apresentado pela Recuperanda. Os valores remanescentes apurados serão pagos em 5 (cinco) parcelas anuais, contados a partir da data de aprovação do plano na AGC e após a homologação do plano pelo poder judiciário, conforme detalhado:

- a) Primeira: o pagamento da primeira parcela se dará 12 (doze) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação a proporção de 15% (quinze).
- b) Segunda: o pagamento da segunda parcela se dará 24 (vinte e quatro) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 15% (quinze).
- c) Terceira: o pagamento da terceira parcela se dará 36 (trinta e seis) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte).
- d) Quarta: o pagamento da quarta parcela se dará 48 (quarenta e oito) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 20% (vinte).
- e) Quinta: o pagamento da quinta parcela se dará 60 (sessenta) meses após a homologação do plano de recuperação judicial pelo juízo de recuperação na proporção de 30% (trinta).

6. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E JUROS

Os créditos sujeitos aos efeitos de recuperação judicial, inclusive as trabalhistas, serão atualizados e remunerados pela TAXA REFERENCIA-TR, acrescidas de juros pré-fixados de 1% (um por cento) ao ano. A incidência terá envio a partir da data da homologação do plano, tomando como base o valor calculado com os deságios fixados, sobre o saldo devedor das parcelas remanescentes.

7.PUBLICIDADE DOS PROTESTOS

Uma vez aprovado o plano com a novação de todos os créditos sujeitos a ele, todos os credores concordarão com a suspensão da publicidade dos protestos efetuados, enquanto o plano estiver sendo cumprido nos termos aprovados. A Recuperanda poderá requerer, a partir da data da homologação do plano, a ordem de suspensão ao juízo da RJ. Após o pagamento integral dos créditos, nos termos e formas estabelecidos neste plano, os respectivos valores serão considerados integralmente quitados e o respectivo credor dará a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação, para nada mais reclamar a qualquer título, contra quem quer que seja, sendo inclusive obrigado a fornecer se for o caso, carta de anuência/instrumento de protesto para fins de baixa definitiva dos protestos. Sendo assim, serão civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem, por culpa ou dolo, os credores (as empresas e seus dirigentes) que mantiverem os protestos vigentes enquanto o plano estiver sendo cumprido nos termos aprovados ou após a quitação dos débitos.

8.MEIOS DE PAGAMENTO

Os valores devidos aos credores, nos termos deste plano, serão pagos diretamente nas contas bancárias dos credores, por meio de transferência direta de recursos na conta bancária, transferência eletrônica disponível (TED), depósito bancário ou por modalidade de PIX. O comprovante de depósito do valor creditado a cada credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

9.INFORMAÇÕES DAS CONTAS BANCÁRIAS

Para viabilizar os pagamentos, os credores deverão informar a Recuperanda, por meios de documento escrito e com aviso de recebimento, seus respectivos dados bancários. A conta bancária informada para pagamento deverá, obrigatoriamente, ser de titularidade do credor, caso contrário, o credor deverá requerer autorização judicial para pagamento em conta de terceiros. Os credores que não informarem seus dados bancários ou encaminharem informações incorretas, a critério da Recuperanda, poderão ter seus pagamentos realizados por meio de depósito judicial. Os pagamentos não realizados por inércia do credor por não apresentarem os dados ou apresentarem incorretos – não serão considerados como descumprimento do plano.

10.DATA DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão realizados nas datas de vencimento, tendo como base o dia da homologação do plano, pelo juízo de recuperação judicial. Caso a data de vencimento recaia em final de semana ou feriado, o pagamento será realizado dia útil seguinte.

11.DESCUMPRIMENTO DO PLANO E PURGAÇÃO DA MORA

O plano será considerado descumprido, apenas e tão somente na hipótese de mora no pagamento de mais de uma das parcelas previstas. Eventual mora no descumprimento de qualquer parcela poderá ser purgado no prazo de 30(trinta) dias a contar da data de vencimento, sem ônus, em até duas oportunidades.

12.CESSAO E TRANSFERENCIA DE CREDITOS

Uma vez aprovado o plano, os credores concursais poderão ceder ou transferir livremente os seus créditos contra a Recuperanda, desde que observados as seguintes condições:

- I) O crédito cedido, independente da cessão ocorrer por lei ou por contrato, estará sujeito aos efeitos do plano, especialmente em relação as condições de pagamento. O credor cedente assume o compromisso de informar ao cessionário as condições do crédito, sob pena de ineficácia em relação a Recuperanda.
- II) A cessão somente terá eficácia, se a Recuperanda for notificada em tempo hábil, por comunicação escrita e com aviso de recebimento, para que possa direcionar os pagamentos previstos neste plano ao devido detentor do crédito.

12.LEI APLICÁVEL

Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

13. ELEIÇÃO DE FORO

Todas as controvérsias ou disputas que surgirem e que estiverem relacionadas a este plano serão submetidas ao Juízo da Recuperação Judicial até o encerramento do processo de recuperação judicial, revogando qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Este plano é firmado pelo representante legal da Recuperanda, constituído na forma do respectivo contrato social, estando acompanhado da página de assinaturas, do laudo econômico-financeiro e de relação dos bens e ativos, na forma da Lei 11.101/2005.

14. CONCLUSÃO

Os desenvolvedores deste Plano de Recuperação Judicial acreditam que o processo de reestruturação administrativa, operacional e financeira, bem como as correspondentes projeções econômico-financeiras detalhadas que sejam implementadas e realizadas, possibilitará que a Recuperanda se mantenha viável e rentável

O presente plano foi elaborado para atender, dentre outras coisas, os princípios gerais de direito, as normas da Constituição Federal, as regras de ordem pública e a Lei nº 11.101/2005, proporcionando também aos Credores maiores benefícios com sua implementação, uma vez que a proposta aqui detalhada não agrega nenhum risco adicional e a falência é muito mais prejudicial a todos os credores, jungidos ou não ao procedimento recuperatório.

15. ASSINATURAS

Assinam este Plano de Recuperação Alternativo Pelos Credores:

Frete Brás Transportes

Retorno Soluções;

Credores Trabalhistas

Inovati Transportes e Logística Ltda;